

Senado pode atrasar acordo com bancos

Presidente Collor corre risco de chegar aos EUA antes da aprovação do Senado às negociações

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor poderá viajar segunda-feira aos Estados Unidos sem que governo esteja autorizado a prosseguir na negociação com os bancos credores privados sobre o pagamento dos juros atrasados da dívida externa brasileira de julho de 1989 a dezembro de 1990. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não votou ontem o parecer do senador Ronan Tito (PMDB-MG), favorável ao protocolo firmado entre o governo e os bancos. Quatro senadores pediram vistas do parecer, o que adia a decisão da comissão e a apreciação pelo plenário do Senado.

Diante da falta de acordo, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, voltarão hoje à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para uma sessão secreta. Pediram vistas do parecer os senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), Moisés Abraão (PDC-TO) e Coutinho Jorge (PMDB-PA). O prazo de apreciação é de cinco dias.

O embaixador Jório Dauster, que ontem participou das discussões no Senado juntamente com Francisco Gros, admitiu que o Brasil vai atrasar o pagamento da primeira parcela de juros, previsto para dia 17. Os valores relativos às sete prestações dos juros só começarão a ser pagos depois da adesão ao protocolo de pelo menos 95% dos bancos credores participantes da renegociação de 1988.

DÚVIDAS

As restrições dos senadores ao acordo se referem, principalmente à capacidade de pagamento do País para honrar os juros atrasados, cerca de US\$ 9 bilhões. O embaixador Jório Dauster prometeu dar as informações necessárias na reunião de hoje. O volume das reservas internacionais do Brasil também será revelado na sessão secreta. "Só vou aprovar o parecer quando tiver resposta para todas as minhas dúvidas", observou o senador Eduardo Suplicy.

O senador Fernando Henrique Cardoso observou que não pode haver pressões na votação. "Não há necessidade de rolo compressor", afirmou, ao se referir à pressão do governo na aprovação da matéria. À tarde, durante a exposição do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, no plenário do Senado, o senador Maurício Corrêa (PDT-DF) admitiu que os aspectos políticos prevalecerão sobre as questões técnicas. "O Senado não vai criar constrangimentos ao presidente da República", assinalou. O presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PRN-PB), acredita que o parecer do senador Ronan Tito — a favor do acordo fechado pelo governo com os credores privados — poderá ser votado até amanhã.

Em Londres, os títulos da dívida brasileira no mercado secundário mantiveram-se em alta, depois de superar a barreira dos 30%.